



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

PROCESSO Nº: 23.278/14 (13 volumes e 3 anexos)

APENSO Nº: 24.954/13 (1 volume e 1 Apenso nº 094.000.773/13)

JURISDICIONADA: Serviço de Limpeza Urbana do DF – SLU

ASSUNTO: Tomada de Contas Especial – TCE

EMENTA: TCE convertida, por força do item IV da Decisão nº 3.474/14, da Auditoria de Regularidade realizada no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU para verificar a razoabilidade dos preços nos contratos emergenciais ajustados nos exercícios de 2006 a 2011, bem como a regularidade da execução dos Contratos nºs 26 e 27/10. Prorrogações do prazo para apresentação de defesas. **Nesta fase: análise de defesas. O titular da Secretaria de Contas/TCDF, acompanhando o diretor da 3ª DICONT, e discordando parcialmente do autor inicial da instrução,** sugere ao Tribunal que: a) autorize a cisão destes autos em feitos apartados; b) sobrestaja a apreciação dos processos afetos aos contratos relativos à Concorrência nº 39/00; c) tome conhecimento das defesas apresentadas, considerando-as algumas procedentes e procedentes em parte e outras improcedentes; d) cientifique aqueles que tiveram suas defesas improcedentes para recolhimento e comprovação do débito que lhes foi imputado solidariamente; e e) autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas/TCDF, para os devidos fins. **Ministério Público** aquiesce quase que integralmente às sugestões do autor inicial da instrução e diverge parcialmente do diretor da 3ª DICONT e do titular da Secretaria de Contas/TCDF. Sustentação oral de defendentes realizada no dia 21.11.17. **Voto convergente, quase em sua totalidade, com a cota do diretor da 3ª DICONT e do titular da Secretaria de Contas/TCDF, e, parcialmente, com o autor inicial da instrução e o Ministério Público, com ajuste. Conhecimento de documentos. Cisão dos autos em feitos apartados. Sobrestamento dos processos afetos aos contratos relativos à Concorrência nº 39/00. Procedência, procedência parcial e improcedência das defesas. Cientificação da empresa Delta Construções S/A, para recolhimento do débito apurado nos autos. Irregularidade das contas, com aplicação de multa, aos agentes públicos. Expedição de acórdãos. Determinação ao SLU para promoção de glosa de crédito devido à empresa Delta Construções S/A. Ciência da decisão aos interessados. Devolução dos autos à Secretaria de Contas.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE convertida, por força do item IV da Decisão nº 3.474/14, da Auditoria de Regularidade realizada no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU para verificar a razoabilidade dos preços nos contratos emergenciais ajustados nos exercícios de 2006 a 2011, bem como a regularidade da execução dos Contratos nºs 26 e 27/10.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14
Rubrica: _____

O aludido item IV da Decisão nº 3.474/14, adotada no Processo nº 13.265/12, é de seguinte teor:

“IV – autorizar a conversão dos autos, no que diz respeito às irregularidades descritas na Matriz de Responsabilização de fls. 182/201, em Tomada de Contas Especial a ser tratada em processo apartado, com fundamento no artigo 46 da LC nº. 01/1994, e a citação dos responsáveis indicados na Tabela 121, com fundamento no artigo 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham os valores integrais dos débitos, a serem corrigidos a contar das datas de constituição”.

Após várias solicitações de prorrogação de prazo, autorizadas pelo Tribunal, os responsáveis indicados na referida Tabela 121 do relatório de auditoria apresentaram suas defesas, sendo que a Sra. CÉLIA MARIA DOS SANTOS PESSOA, o Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e os representantes da empresa CONSTRUTORA ARTEC S/A e da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER efetuaram, também, pedidos de sustentação oral, os quais foram concedidos, e as sustentações orais realizadas no dia 21.11.17, com apresentação de memoriais, que constituíram o Anexo IV dos autos.

Esta fase processual presta a examinar, pois, as alegações de defesa dos responsáveis constantes da mencionada Tabela 121.

O Auditor de Controle Externo – ACE da 3ª DICONTE, autor inicial da instrução, ao analisar as alegações de defesa, mediante a Informação nº 177/2016-SECONT/3ª DICONTE, assinala, inicialmente, que as preliminares aduzidas pelos responsáveis não devem ser deferidas.

Prossegue, assim, sua análise das defesas, dividindo-a em quatro tópicos: Decisão nº 544/00, reserva técnica, Concorrência nº 3/07, produtividade de varrição e, como subtópicos desse último, achados encontrados pela equipe de auditoria na fiscalização dos contratos firmados pelo SLU decorrentes das Concorrências nºs 39/00 e 3/07.

Ao final, sugere ao eg. Plenário que:

“1. tome conhecimento das defesas apresentadas pelos responsáveis relacionados no § 3.1 desta instrução para, no mérito, considera-las:

a. procedentes as apresentadas pelo Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA e pela Sra. ZÉLIA MARIA DE ANDRADE SANTANA;

b. parcialmente procedente a apresentada pelo Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e pelo Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO; e

c. improcedentes as apresentadas pela EMPRESA DELTA CONSTRUÇÕES LTDA., pela EMPRESA ARTEC LTDA., pela EMPRESA ENGETÉCNICA LTDA., pela EMPRESA QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., pela EMPRESA VALOR AMBIENTAL LTDA., pela Sra. CÉLIA MARIA SANTOS PESSOA, pelo Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, pelo Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA, pelo Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, pelo Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, pelo Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, pelo Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS, pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER, pelo Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA, pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pela Sra. MARTA ROSANE CABRAL e pela Sra.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

VANDA ALVES DA ROCHA;

II. considere, com fulcro no artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, revel a Empresa NELY CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA LTDA.;

III. por conseguinte, com fulcro no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, cientifique os indicados a seguir para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, comprovem o recolhimento, solidário, do débito (atualizado até 05/2016) aos cofres distritais;

a. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 39.744.195,05;

b. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 443.288,18;

c. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ deverão responder pelo débito de R\$ 106.713,83;

d. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 329.960,71;

e. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 192.247,30;

f. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A deverá responder pelos débitos de R\$ 306.169,52 e R\$ 612.339,04;

g. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 568.058,33;

h. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sra. VANDA ALVES DA ROCHA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA deverão responder pelo débito de R\$ 2.988.712,78;

i. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. CÉLIA MARIA SANTOS PESSOA e Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA deverão responder pelo débito de R\$ 619.409,38;

j. Empresa ARTEC LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 7.677.164,32;

k. Empresa ARTEC LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ deverão responder pelo débito de R\$ 17.923.039,19;

l. Empresa ARTEC LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 407.365,87;

m. Empresa NELY LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 1.440.019,66;

n. Empresa NELY LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ deverão responder pelo débito de R\$ 345.439,60;

o. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ deverão responder pelo débito de R\$ 19.103.532,83;

p. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 6.441.209,88;

q. Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 13.299.384,28;

r. Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ deverão responder pelo débito de R\$ 68.458.511,87;

s. Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 9.300.164,22;

t. Empresa VALOR AMBIENTAL LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ deverão responder pelo débito de R\$ 17.599.359,46;

u. Empresa ENGETÉCNICA LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ deverão responder pelo débito de R\$ 10.996.691,03; e

v. Empresa VALOR AMBIENTAL LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 3.762.489,31;

IV. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.”

O diretor da 3ªDICONT, em cota complementar, no que foi acompanhado pelo titular da Secretaria de Contas, discorda parcialmente da análise realizada pelo ACE, sugerindo ao Tribunal que:

“I. determine a cisão destes autos em feitos apartados, com a extração de cópia dos documentos necessários, considerando-se a natureza dos achados e os contratos correlacionados, consoante parágrafos 36/37 da instrução;

II. sobreste o julgamento dos feitos afetos aos contratos emergenciais baseados na Concorrência 39/2000, referidos no item III da Decisão Reservada nº 48/2011 e nº 5.306/2011, item III, alínea “b”, até o deslinde da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

III. tome conhecimento, das defesas apresentadas pelos responsáveis relacionados no parágrafo 3.1 da Informação nº 177/2016 – SECONT/3ªDICONT (fls. 2.313/2.314);

IV. considere:

a) procedentes as alegações:

a.1) apresentadas pelos responsáveis Maria de Fátima Ribeiro Có, Divino Dias de Santana, Juliane Berber, Delta Construções S/A., Valor Ambiental Ltda., Qualix Serviços Ambientais e Artec Ltda. quanto aos Achados 1, 4, 6, 7 e 10, relativamente aos ajustes baseados na Concorrência 03/2007 ou em seu projeto básico, Contratos nºs 14, 19, 21, 23, 32, 33 e 35/2009 e Contratos nºs 26 e 27/2010;

a.2) acostadas pelo Sr. Carlos Vitor Duboc Bahia, Sra. Zélia Maria de Andrade Santana e Sérgio Mesquita de Ávila Filho relativamente ao Achado 2, Contratos nºs 26 e 27/2010;

a.3) expostas pelo Sr. José Leonardo dos Santos;

b) parcialmente procedente a defesa apresentada pelo Sr. Pedro Luiz Rennó quanto ao Achado 2, com a consequente redução do valor do débito;

c) improcedentes as defesas apresentadas pelos responsáveis: Daniel Pereira Rocha, Delivel Lemos de Souza, Eurípedes Carvalho da Silva, Expedito Apolinário Silva, Francisco Silva Santos, Luiz Carlos Figueiredo da Rocha, Marta Rosane Cabral, Vanda Alves da Rocha e Delta Construções S/A, referentes ao Achado 2 – Falhas na fiscalização e execução dos Contratos 26 e 27/2010 que resultaram no pagamento de parcelas de serviços sem a devida disponibilização dos mesmos pela Contratada;

d) improcedentes as defesas trazidas pelos responsáveis Célia Maria Santos Pessoa, Eurípedes Carvalho da Silva e Delta Construções S/A, quanto ao Achado 3 - Pagamentos por serviços não executados nos Contratos nºs 26 e 27/2010;

V. em consequência, com esteio no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, cientifique os responsáveis a seguir indicados para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, comprovem o recolhimento aos cofres distritais, do débito solidário (atualizado até 05/2016):

a) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 443.288,18;

b) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ deverão responder pelo débito de R\$ 106.713,83;

c) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 329.960,71;

d) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 192.247,30;

e) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A deverá responder pelos débitos de R\$ 306.169,52 e R\$ 612.339,04;

f) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 568.058,33;

g) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sra. VANDA ALVES DA ROCHA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA deverão responder pelo débito de R\$ 2.988.712,78;

VI. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências necessárias, inclusive a autuação de feitos apartados, nos termos do item I retro.”

O MPjTCDF, mediante o Parecer nº 738/17-CF, aquiesce quase que integralmente às sugestões do autor inicial da instrução e diverge parcialmente do diretor da 3ªDICONTE e do titular da Secretaria de Contas/TCDF, acrescentando opinião no sentido de que o Tribunal, como medida de garantir a recomposição do erário, deve “... determinar ao SLU/DF e ao GDF a retenção de valores relativos a possíveis créditos das empresas responsabilizadas (DEA etc.), bem como a glosa de parte dos lucros relativamente àquelas que ainda tenham contratos vigentes e ainda a **indisponibilidade do patrimônio e bens**, uma vez que as informações prestadas pelo SLU/DF indicam que provavelmente sem essa medida as empresas responsabilizadas não terão patrimônio e nem valores suficientes a ressarcir o erário, inclusive, evitando possível dilapidação.”

É o breve relatório.

VOTO

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE convertida, por força do item IV da Decisão nº 3.474/14, da Auditoria de Regularidade realizada no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU para verificar a razoabilidade dos preços nos contratos emergenciais ajustados nos exercícios de 2006 a 2011, bem como a regularidade da execução dos Contratos nºs 26 e 27/10.

O aludido item IV da Decisão nº 3.474/14, adotada no Processo nº 13.265/12, é de seguinte teor:

“IV – autorizar a conversão dos autos, no que diz respeito às irregularidades descritas na Matriz de Responsabilização de fls. 182/201, em Tomada de Contas Especial a ser tratada em processo apartado, com fundamento no artigo 46 da LC nº. 01/1994, e a citação dos responsáveis indicados na Tabela 121, com fundamento no artigo 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham os valores integrais dos débitos, a serem corrigidos a contar das datas de constituição”.

Após várias solicitações de prorrogação de prazo, autorizadas pelo Tribunal, os responsáveis indicados na referida Tabela 121 do relatório de auditoria apresentaram suas defesas, sendo que a Sra. CÉLIA MARIA DOS SANTOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

PESSOA, o Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e os representantes da empresa CONSTRUTORA ARTEC S/A e da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER efetuaram, também, pedidos de sustentação oral, os quais foram concedidos, e as sustentações orais realizadas no dia 21.11.17, com apresentação de memoriais, que constituíram o Anexo IV dos autos.

Nesta fase processual, examino, pois, as alegações de defesa dos responsáveis constantes da mencionada Tabela 121, considerando, ainda, as sustentações orais realizadas.

Começo pelas preliminares levantadas por alguns responsáveis.

Segundo o Auditor de Controle Externo – ACE, autor inicial da instrução, mediante a Informação nº 177/2016-SECONT/3ª DICONT, considerando os motivos expostos às fls. 2.316/2.319 (§§ 4.1.13 a 4.1.27), as preliminares apresentadas devem ser indeferidas, no que foi acompanhado pelo Ministério Público.

O Ministério Público acompanhou o entendimento do ACE.

Concordo com as manifestações uniformes do ACE e do Órgão Ministerial, adotando como razões de decidir os motivos empregados, uma vez que, realmente, as preliminares não foram capazes de elidir ou atenuar as responsabilidades indicadas.

Passo a examinar, agora, as alegações de defesa, seguindo a metodologia adotada pelo ACE, a qual foi dividida em tópicos e subtópicos e tomou por base as alegações de defesa comuns aos contratos e os achados de auditoria que revelaram a existência de irregularidades que ocasionaram prejuízo ao erário.

1º) Decisão nº 544/10

Com relação ao **1º tópico** (Decisão nº 544/10), o ACE informou que os defendentes alegaram que tal decisão não poderia ser utilizada como parâmetro para se concluir pela existência de possível sobrepreço nos percentuais praticados a título de encargos sociais e BDI, uma vez que foi editada após a execução dos contratos, bem como que os índices empregados estão dentro da média utilizada pelas referências da área de obras públicas (94,2%), não havendo, inclusive, regra específica para definição e composição de percentual máximo de BDI.

No entendimento do ACE, os índices de 70,64%, para encargos sociais, e 30%, para BDI, estabelecidos na Decisão nº 544/10, são plenamente aplicáveis ao caso, uma vez que provenientes de amplo estudo na legislação pertinente, ao longo de 2004 e 2005, anterior à assinatura dos contratos. Disse, também, que não houve a apresentação de justificativas suficientes pelos defendentes para o uso de percentuais diferentes. Com isso, sugeriu a improcedência das defesas apresentadas, com consequente imputação de débito, inclusive relativamente aos demais achados presentes nos outros contratos que se utilizaram de percentuais não previstos na Decisão nº 544/10.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

O diretor da 3ªDICONTE, com o apoio do titular da Secretaria de Contas, discordou do ACE. Para ele, o prejuízo apontado nos Contratos nºs 26 e 27/10, relativamente ao Achado 1, bem como os demais prejuízos apontados nos outros contratos, que também tiveram por base a Concorrência nº 3/07, relativamente aos Achados 4, 6, 7 e 10, não encontram fundamentação suficiente na inobservância da Decisão nº 544/10, haja vista que essa deliberação é posterior ao procedimento licitatório ou às contratações e que não há evidências bastantes da adequação, ao setor de limpeza urbana, dos percentuais definidos pelo Tribunal, naquela decisão, como referencial para serviços de natureza contínua, além do que não é pacífica a questão relativa à composição dos custos dos encargos sociais e BDI. Logo, manifestou-se pela procedência das defesas, e ausência de prejuízo nos contratos que tiveram por base a Concorrência nº 3/07, relativamente aos encargos sociais e BDI utilizados.

O Ministério Público, aderindo, em parte, à cota do ACE, defendeu a possibilidade de aplicação do índice de 70,64%, estabelecido na Decisão nº 544/10, por ter sido decorrente de estudo abrangente realizado em 2004 e 2005, anterior aos Contratos nºs 26 e 27/10, o qual tomou por base diversos parâmetros, como Convenções Coletivas de Trabalho, custos das próprias planilhas das contratadas, preços de mercado e legislação vigente, salientando que os defendentes não demonstraram, suficientemente, por meio de planilhas, a possibilidade do uso de um percentual maior que aquele. Mas, levando em conta a média de percentuais encontrados em pesquisas realizadas, relacionadas com serviços de limpeza urbana (76,36%, no XI Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, em 2006, no TCMG; 70,41%, no trabalho do TCRS, em 2013; 77,25%, em decisão do TCPE, em 2011; 77,88%, no TC dos Municípios de Goiás, em 2016; 79,81%, na FGV, em 2014), chegou à conclusão de que o índice a ser considerado, a título de encargos sociais, é de 76,34%, e não 92,43%, como adotado na Concorrência nº 3/07. Sugeriu, assim, que seja considerado no cálculo do prejuízo o percentual de 76,34% de encargos sociais, e enviado o feito à Unidade Técnica para se recalcular o valor do prejuízo.

Com a devida vênia ao entendimento do ACE e do Ministério Público, filio-me ao posicionamento do diretor da 3ªDICONTE e do titular da Secretaria de Contas. De fato, ainda que o estudo que originou a Decisão nº 544/10 tenha ocorrido em 2004 e 2005, essa decisão é de 2010, posterior à assinatura dos contratos decorrentes da Concorrência nº 3/07, não podendo ser aplicada, pois, nesses ajustes, pelo menos quanto aos percentuais de encargos sociais e BDI, para efeito de identificação de prejuízo. Ressalte-se que o índice de 76,34%, encontrado pelo *Parquet*, não cabe ser utilizado pelo primeiro motivo apontado, qual seja, o fato de ter se baseado em estudos realizados ou publicados, à exceção apenas daquele em 2006, no TCMG, após a celebração dos contratos pelo SLU. Ademais, essa questão relativa à composição dos custos dos encargos sociais e BDI não é pacífica, como bem justificou o diretor:

“11. Aliás, cada setor econômico reflete uma realidade de custos. Poder-se-ia afirmar que o percentual definido para os serviços de vigilância amolda-se aos de limpeza urbana? Possuem esses setores os mesmos índices de rotatividade, de afastamentos motivados por doença e de acidentes de trabalho, por exemplo? Em realidade, duas empresas do mesmo setor podem apresentar custos diferenciados, em razão de uma melhor

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

gestão, resultando disso que os encargos sociais traduzem, também, a peculiaridade de cada empresa.

12. Nessa toada, somente parte dos encargos sociais possui percentual estabelecido em lei, que pode variar inclusive segundo o regime tributário da empresa, sendo que os demais basicamente são constituídos de provisões de valores para garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas, caso os seus fatos geradores venham a se realizar. A ocorrência de certas situações que gerarão o pagamento do direito trabalhista é por vezes incerta e variável, devendo a empresa se utilizar de bases históricas próprias, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e análises estatísticas para aprovisionar valores suficientes para garantir a perfeita execução contratual.

13. A título de exemplo, tem-se que os encargos sociais adotados à época¹ nas composições de custos do SINAP² são de 75,18% para mensalistas e de 124,21% para diaristas e no SICRO³, 126%. Ressalte-se que essas bases de preços são consideradas referenciais⁴ por esta Corte de Contas.”

Desse modo, quanto aos Achados 1, 4, 6, 7 e 10, sobre inobservância da Decisão nº 5.440/10, quanto aos percentuais dos encargos sociais e BDI, relativamente aos contratos celebrados em face da Concorrência nº 3/07, devem ser consideradas procedentes as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, afastando os prejuízos que lhe foram imputados.

2º) Reserva Técnica

No tocante ao **2º tópico** (reserva técnica), o ACE assinalou que a alegação dos defendentes foi, basicamente, no sentido de que tal rubrica estava prevista em todos os contratos do SLU, que não houve questionamento do GDF nem do TCDF quanto à inclusão dessa rubrica nas planilhas de custo, bem como que a previsão nos contratos de outra rubrica, referente a serviços diversos, é de suma importância, compreendendo as atividades de roçagem e varrição dos detritos oriundos dessa roçagem e dos estacionamentos onde ocorreram eventos.

Para o ACE, não é aceitável a inclusão da rubrica reserva técnica, uma vez que, nos contratos, havia previsão da rubrica serviços diversos, não se justificando o pagamento da reserva técnica ante a utilização da rubrica serviços diversos. Com isso, sugeriu a improcedência das defesas apresentadas, com consequente imputação do débito.

O Ministério Público concordou com o entendimento do ACE, corroborando a informação de que foram pagos serviços na rubrica reserva técnica, e ressaltou que a análise da minuta do edital da Concorrência nº 3/07, incluindo a da composição de preços estimados, não garante a legalidade dos pagamentos.

3º) Concorrência nº 3/07-CEL/SLU

¹ 2008

² PT-1, associado eletronicamente ao feito.

³ PT-2, idem.

⁴ Decisões nºs 54/2016, 1.583/2014, 2.344/2014, 5.703/2013, 4.033/2007 e 5.951/2006



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

No que se refere ao **3º tópico** (Concorrência nº 3/07), o ACE comentou que os defendentes alegaram que o TCDF e o Órgão Ministerial, ao analisarem o edital desse certame, não questionaram o percentual de encargos sociais nem a inclusão do IRPJ e da CSLL no BDI, acrescentando que tal fato conferiu legalidade ao resultado da Concorrência nº 3/07, incluindo a compatibilidade dos preços com o mercado.

Para o ACE, o não questionamento e a falta de fiscalização, à época, pelo Tribunal, não tornam regulares os atos praticados, além do que o Tribunal, no Processo nº 34.768/07, apenas tomou conhecimento da planilha de custos estimados, analisando só o aspecto formal do edital da licitação. Com isso, sugeriu a improcedência das defesas apresentadas, com consequente imputação do débito.

O Ministério Público aquiesceu ao entendimento do ACE, ratificando a informação de que a análise do edital e das planilhas, à época, não garante a inexistência de irregularidades na execução do contrato. Observou a ocorrência de graves distorções nos valores apresentados para pagamento, como no caso dos encargos sociais, destacando que os defendentes não trouxeram aos autos planilhas de custo que demonstrassem tamanha oneração nos custos.

Quanto aos **2º e 3º tópicos** (reserva técnica e Concorrência nº 3/07), o diretor da 3ªDICONTE, com a anuência do titular da Secretaria de Contas, dissentiu do ACE. Para o diretor da 3ªDICONTE, a inclusão, na Concorrência nº 3/07, da reserva técnica e dos percentuais de encargos sociais e de IRPJ e CSLL no BDI, nos preços indicados no respectivo edital, não pode hoje ser questionada, haja vista que o exame da conformidade dos itens constantes do edital e dos preços estimativos foi efetuado pelo Tribunal, como registram os §§ 7º a 14 da Informação nº 233/07 – 3ª ICE/Divisão de Auditoria do Processo nº 34.768/07, tendo os preços orçados sido considerados adequados pelo Tribunal, conforme disposto na Decisão nº 6.321/08, em que esta Corte tomou conhecimento do edital da Concorrência nº 3/07 e da Planilha de Composição de Preços Estimados. Assim, o diretor sugeriu a procedência das defesas apresentadas relativamente ao Achado 1, concernente aos Contratos nºs 26 e 27/10, e ao Achado 10, referente ao Contrato nº 14/09.

Com a devida vênia aos entendimentos do ACE e do Ministério Público, relativamente aos 2º e 3º tópicos, adiro, novamente, ao posicionamento do diretor da 3ªDICONTE e do titular da Secretaria de Contas. Realmente, considerando que os itens constantes do edital referente à Concorrência nº 3/07, incluindo os preços orçados, foram apreciados, e considerados pertinentes pelo Tribunal, mediante a Decisão nº 6.321/08, não se pode concluir, presentemente, que houve irregularidade, com consequente prejuízo ao erário, pela presença, nos contratos, juntamente com os respectivos valores contratados, da reserva técnica, dos encargos sociais e do IRPJ e CSLL no cálculo do BDI, devendo, pois, ser consideradas procedentes as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, afastando os prejuízos que lhe foram imputados. Ressalte-se que a presença em si, nos contratos, da rubrica reserva técnica não constitui irregularidade, mas sim a utilização da rubrica serviços diversos para cobrir eventualidades que estavam previstas na rubrica reserva técnica, ocasionando duplicidade de pagamento, conforme se pretende mostrar adiante quando da avaliação do próximo tópico, subtópicos concernentes aos

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

Achados 2 e 3, relativos aos contratos decorrentes da Concorrência nº 3/07.

4º) Produtividade da Varrição

No que pertine ao **4º tópico** (produtividade de varrição), o ACE informou que a alegação dos defendentes foi, basicamente, no sentido de que os estudos sobre produtividade de varrição, utilizados pela equipe de auditoria, não foram realizados no DF nem levaram em conta sua realidade, que existem vários fatores que influenciam a produtividade média de varrição, que a produtividade prevista no contrato encontra-se em perfeita consonância com os valores reais de produtividade, bem como que o índice de produtividade de varrição, calculado pela auditoria, não possui pressupostos válidos nem razoabilidade.

Para o ACE, a equipe de auditoria utilizou estudos consistentes, considerando adequado o índice de produtividade adotado, correspondente a 2.900 m/h/d. Ressaltou que os defendentes não comprovaram, com o envio de estudos, os índices de produtividade que encontraram, menores que o estabelecido pela auditoria, nem disseram as características do DF que diferem de outras localidades, justificando a utilização de outro índice, motivo por que sugeriu ao Tribunal a improcedência das defesas apresentadas, com consequente imputação do débito.

O diretor da 3ªDICONTE, com o apoio do titular da Secretaria de Contas, discordou do ACE. Para ele, embora salutar a busca por maiores produtividade e eficiência, não se mostra razoável estabelecer uma medida de produtividade “adequada” e projetá-la a fatos ocorridos no passado com o intuito de identificação de prejuízo, não se podendo responsabilizar gestores por não tê-la atingido anteriormente. Não concordou com essa forma de identificação de prejuízo, uma vez que, se aceita a tese de que houve subestimação de produtividade, a consequência seria o estabelecimento de equipes de limpeza com um número de empregados superior ao necessário, com aumento de custos à contratada a serem arcados pelo SLU. Assim, considerando, em linhas gerais, que o Tribunal considerou adequados os preços constantes da Concorrência nº 3/07, conforme a Decisão nº 6.321/08, incluindo, entre outros, os relativos aos encargos sociais, BDI e reserva técnica, bem como que não possui cabimento a aplicação de um índice de produtividade, ainda que tido por ideal, obtido posteriormente à execução dos contratos, para efeito de identificação de prejuízo, o diretor concluiu pela ausência de prejuízo nos contratos, relativamente aos Achados 1, 4, 6, 7 e 10, sugerindo a procedência das defesas apresentadas.

O Ministério Público aderiu ao entendimento do ACE, que considerou o índice de produtividade encontrado pela equipe de auditoria (2.900 m/h/d) como parâmetro de produtividade mínima, destacando que não se poderia aceitar a sugestão do diretor de divisão e do secretário de contas de se utilizar a produtividade medida nos contratos, para efeito de prejuízo, de modo a não estimular que as empresas mantenham equipes com produtividade baixa. Citou um trabalho do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, em 2016, e um edital da Prefeitura Municipal de Teresina, em 2014, onde foram empregados índices de produtividade próximos ao apurado pela auditoria (3.000 m/h/dia e 2.970 m/h/dia, respectivamente), demonstrando a sua compatibilidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

Com a devida vênia ao entendimento do ACE e do Ministério Público, relativamente ao 4º tópico, convirjo, uma vez mais, com o posicionamento do diretor da 3ªDICONTE e do titular da Secretaria de Contas. De fato, não é conveniente que se empregue nos contratos um índice de produtividade encontrado posteriormente à execução deles, ainda que tido por ideal, para efeito de identificação de prejuízo. Pelo mesmo motivo, não cabem servir de parâmetro os índices citados pelo Ministério Público. Ademais, o Tribunal já havia feito avaliação dos preços, constantes da Concorrência nº 3/07 (Decisão nº 6.321/08), tendo-os por adequados.

Em adendo, saliento que o Tribunal, no Processo nº 13.265/12, mediante a Decisão nº 4.618/17, considerou prejudicado o item II.a da Decisão nº 3.474/14, que se refere à utilização do parâmetro de produtividade para varrição manual de, no mínimo, 2.900 m/h/d, o que reforça a impossibilidade do emprego desse índice, neste feito, para fim de identificação de prejuízo.

A) Subtópicos concernentes aos achados relativos aos contratos decorrentes da Concorrência nº 3/07

4º.1) Achado 1: sobrepreço na contratação pela utilização, na composição de custos, de índices de produtividade inadequados, excessivo percentual de encargos sociais e pela inclusão indevida de impostos e contribuições no BDI

4º.2) Achado 4: sobrepreço nos serviços de varrição nos contratos com a empresa Artec Ltda

4º.3) Achado 6: sobrepreço nos contratos com a empresa Delta Construções S/A

4º.4) Achado 7: sobrepreço nos contratos com a empresa Qualix Ltda

4º.5) Achado 10: sobrepreço no Contrato nº 14/09 com a empresa Valor Ambiental, pela utilização, na composição de custos dos serviços de varrição manual, de índices de produtividade inadequados, excessivo percentual de encargos sociais e inclusão indevida de impostos e contribuições no BDI

Nos subtópicos 4º.1 a 4º.5, relativos a irregularidades encontradas pela auditoria nos contratos decorrentes da Concorrência nº 3/07, o ACE retomou as questões anteriores, mantendo o entendimento de que não foi empregado nos contratos um índice de produtividade de varrição manual adequado e de que foram utilizados indevidamente os percentuais de encargos sociais e BDI, reiterando, pois, a afirmativa de que os defendentes não conseguiram justificar suficientemente as falhas apontadas, sugerindo a improcedência das defesas apresentadas.

O diretor da 3ªDICONTE, com a anuência do titular da Secretaria de Contas, dissentiu do ACE. Continuou com o entendimento anteriormente adotado, no sentido de que os percentuais empregados de encargos sociais e BDI estão corretos,

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

bem como os valores a título de reserva técnica, basicamente porque o Tribunal já havia examinado, no Processo nº 34.768/07, os preços orçados, considerando-os adequados, ressaltando, ainda, a falta de razoabilidade na utilização do índice de produtividade de varrição manual de 2.900 m/h/d, encontrado pela auditoria, para aferição de prejuízo, por ter tal índice sido obtido posteriormente à vigência dos contratos. Logo, manifestou-se pela ausência de prejuízo nos contratos, e procedência das defesas em relação aos Achados 1, 4, 6, 7 e 10, conforme fls. 2.440, 2.444, 2.446, 2.447 e 2.449. Demais disso, no que se refere, especificamente aos Contratos nºs 14/09 (Achado 10), 26 e 27/10 (Achado 1), que tiveram produtividade subestimada na varrição manual, elaborou novas planilhas de cálculo, considerando a produtividade de varrição medida pela auditoria, bem como os preços orçados na Concorrência nº 3/07, incluindo os encargos sociais, BDI e reserva técnica, comparando-os com os preços de mercado levantados e os valores pagos nos contratos, e chegou à conclusão de que não houve prejuízo no serviço de varrição manual, conforme fls. 2.436/2.439. Sugeriu, assim, a procedência das defesas, em relação aos Achados 1, 4, 6, 7 e 10.

O Ministério Público concordou parcialmente com o ACE, conforme já consignado anteriormente, ressaltando o seu posicionamento de que o percentual dos encargos sociais deveria ser de 76,34%.

Com a devida vênia ao entendimento do ACE e do Ministério Público, relativamente aos subtópicos 4º.1 a 4º.5, harmonizo-me, de novo, com o posicionamento do diretor da 3ªDICONTE e do titular da Secretaria de Contas. De fato, em reiteração ao que disse antes, considerando que os percentuais utilizados de encargos sociais e BDI estão corretos, bem como os valores a título de reserva técnica, basicamente porque o Tribunal já havia examinado, no Processo nº 34.768/07, os preços orçados, tendo-os por pertinentes, bem como que não há razoabilidade no uso do índice de produtividade de varrição manual de 2.900 m/h/d, encontrado pela auditoria, para aferição de prejuízo, por ter tal índice sido obtido posteriormente à vigência dos contratos, não restou caracterizado prejuízo nos contratos, em face das irregularidades indicadas, o que recomenda a procedência das defesas, conforme indicado nos quadros de fls. 2.440, 2.444, 2.446, 2.447 e 2.449. Igualmente, especificamente quanto aos Contratos nºs 14/09 (Achado 10), 26 e 27/10 (Achado 1), onde foram subestimadas as produtividades de varrição, tendo em conta o cálculo efetuado pelo diretor, que considerou, entre outros fatores, a produtividade de varrição medida pela auditoria, não se evidenciou prejuízo no serviço de varrição manual desses contratos, conforme fls. 2.436/2.439.

4º.6) Achado 2: falhas na fiscalização e execução dos Contratos nºs 26 e 27/10 resultaram no pagamento de parcelas de serviços sem a devida disponibilização dos mesmos pela contratada

O subtópico 4º.6 refere-se a falhas encontradas pela equipe de auditoria na fiscalização e execução dos Contratos nºs 26 e 27/10, que ocasionaram o pagamento por serviços não disponibilizados e nem executados pela contratada, como: reserva técnica, coberta parcialmente pelo item serviços diversos; reserva técnica na varrição mecanizada, sem previsão no contrato; veículos, em desacordo com os contratos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

Na visão do ACE, do diretor da 3ªDICONTE, do titular da Secretaria de Contas e do Ministério Público, os defendentes, em sua maioria, não trouxeram elementos capazes de remover as referidas impropriedades, apontadas pela auditoria, sugerindo ao Tribunal a procedência e a procedência parcial de algumas defesas e a improcedência de grande parte delas com consequente imputação de débito solidário.

Em adendo, o ACE analisou, também, o Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (cópia juntada a este feito), por força do disposto no item IV da Decisão nº 1.226/15, relativamente a contestações efetuadas pelo Diretor-Geral do SLU, acerca dos Achados 2 e 3, mantendo o entendimento anteriormente apontado.

Vale destacar que, dentre as alegações, os defendentes ressaltaram que o ressarcimento do prejuízo por eles somente seria devido se tivessem agido com dolo, conforme disposto no art. 183 da LC nº 840/11 e na Decisão nº 1.128/14, o que não ocorreu, segundo eles.

A Unidade Técnica, em seu todo, seguida pelo Ministério Público, assinalou, ao contrário, que a responsabilidade civil do servidor, que faz surgir a obrigação de ressarcimento ao erário, decorre, também, de ato culposos, como foi o caso dos defendentes, a teor do citado dispositivo legal, bem como que, embora a Decisão nº 1.128/14 traga a informação de que o ressarcimento não poderia ser estendido a eles, por não ter sido comprovada a má-fé deles, o Tribunal passou a adotar, logo após a edição dessa decisão, entendimento diverso, consoante, p. ex., as Decisões nºs 1.178/14 e 6.109/15, em que foram considerados responsáveis solidários por prejuízos identificados, além dos particulares, servidores públicos, com funções de secretários de governo, diretores de órgãos e executores de contratos, estando, pois, em consonância com o entendimento desta Corte, a imputação de responsabilidade solidária pelo prejuízo, também, aos servidores públicos responsabilizados.

Ainda, o Ministério Público alertou para um recente julgado do TCU, consistente no Acórdão nº 1.337/17, que poderia ser aplicado no presente caso, no sentido de se chamar para o pagamento do débito, num primeiro momento, apenas as empresas responsabilizadas, como forma de agilizar o ressarcimento ao erário, dada a maior capacidade de pagamento delas, e somente depois seriam chamados os gestores para pagamento caso essas empresas não efetuassem o recolhimento do débito.

No caso específico, em que se examinam os Contratos nºs 26 e 27/10, relativamente ao Achado 2, concordo com a análise e as consequentes sugestões efetuadas uniformemente pelo ACE, diretor, titular da Secretaria de Contas e o Ministério Público, para que o Tribunal considere procedentes algumas defesas, procedentes parcialmente outras e improcedente a maioria delas, basicamente porque, realmente, os defendentes que tiveram suas defesas como parcialmente procedentes e improcedentes não conseguiram afastar as irregularidades que lhe foram atribuídas por meio do Achado 2 (pagamento indevido de reserva técnica quando o serviço já estava coberto pela rubrica serviços diversos, pagamento indevido de reserva técnica no serviço de varrição mecanizada sem previsão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

contratual e pagamento indevido por veículos fabricados antes de 2007, em desacordo com o previsto nos contratos).

Dada a percuente análise realizada, adoto como razões de decidir, pois, o respectivo excerto da Informação nº 177/2016-SECONT/3ªDICONTE, com pequenas exceções (texto tachado), que deu origem às referidas sugestões, o qual tenho por reproduzi-lo, a seguir, para ficar bem claro os motivos que me levam a também concluir pela procedência de algumas defesas, a procedência parcial de outras e a improcedência da maioria delas:

Achado 2

4.6.34.1. A equipe de auditoria verificou falhas na fiscalização da execução dos Contratos nº 26/2010 e 27/2010, gerando o pagamento de Reserva Técnica sendo que as exceções estavam cobertas pelos Serviços Diversos, nos montantes de R\$ 1.402.282,71 (Contrato nº 26/2010) e R\$ 464.671,54 (Contrato nº 27/2010), de Reserva Técnica na Varrição Mecanizada quando não havia a utilização nem da quantidade prevista no contrato, nos montantes de R\$ 135.923,44 (Contrato nº 26/2010) e R\$ 19.971,53, e de Veículos em desacordo com os contratos, no montante de R\$ 2.087.466,17. Constatou, ainda, má prática de gestão, visto que a Autarquia tinha procedimentos no sentido de orientar os executores dos contratos a utilizarem os Serviços Diversos como reserva técnica dos demais serviços.

4.6.34.2. A equipe de auditoria apontou que as equipes de Serviços Diversos atuam como reserva técnica dos serviços de varrição, catação e pintura de meio fio, de forma a garantir a continuidade dos serviços.

4.6.34.3. A equipe de auditoria acrescentou que o prejuízo verificado na utilização de veículos não se trata da quantidade utilizada, mas da qualidade dos veículos, tendo em vista que a previsão de utilização de caminhões fabricados até 2007 fazia parte da composição de custos e a utilização de equipamentos com data de fabricação anterior, em desconformidade com os ajustes, caracterizou o prejuízo, assim como a utilização, por parte da empresa, de carretas visando diminuir seus custos. Quanto à glosa realizada em decorrência de auditoria feita pelo Controle Interno, a retenção está relacionada com a quantidade de caminhões disponibilizados.

Argumento

4.6.34.4. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 221) que foram designados para atuarem como executores dos contratos 026/2010 – Lote I e 057/2010 – Lote III em 15/12/2010, por meio da Portaria nº 168/2010 (fl. 343), e foram exonerados do cargo que ocupavam em 01/01/2011, mediante Decreto nº 32.715/2011 (fl. 344).

Análise

4.6.34.5. Analisando cópias digitalizadas dos Processos nº 094.000.002/2011* e 094.000.001/2011* (Contrato nº 026/2010 e nº 027/2010, respectivamente), verificamos que o Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO não atestou qualquer fatura referente aos Contratos nº 026/2010 e 027/2010. **Entretanto, o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA atestou diversas notas fiscais.** Desta forma, **entendemos procedente a alegação com relação somente ao Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO.**

Argumento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14
Rubrica: _____

4.6.34.6. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA e a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA alegaram (fls. 618, 771, 840, 911, 1107, 1531 e 1746, respectivamente) que não foi encontrado pela equipe de auditoria nenhum valor atestado em quantidade maior do que o executado e nem nos valores unitários do que foi pactuado entre o SLU e a Empresa Delta nas planilhas de custos do SLU.

Análise

4.6.34.7. **A própria existência deste feito é fundamentada nos pagamentos efetuados às empresas em valores superiores aos serviços executados, inclusive a auditoria deste Tribunal identificou problemas na produtividade, onde o SLU pagou por serviços executados a menor.**

Argumento

4.6.34.8. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 622, 774, 843/844, 914, 1114, 1539/1540, 1754/1755 e 1807/1808, respectivamente) que, durante a execução dos contratos, nunca ocorreu o caso de a quantidade de trabalhadores ser menor que a exigida no plano de varrição, a não ser em caso de paralisação por greve dos funcionários da empresa, greve de ônibus, véspera de natal e ano novo, domingos e feriados.

Análise

4.6.34.9. A própria alegação dos defendentes encontra contradição, ou nunca houve falta de empregado ou ocorria a diminuição da força de trabalho por motivos alheios à Administração.

4.6.34.10. **O prejuízo identificado pela equipe de auditoria refere-se à utilização da rubrica serviços diversos para cobrir necessidades que também estavam previstas na rubrica reserva técnica, indicando a existência de cobrança em duplicidade.**

Argumento

4.6.34.11. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 624/625, 777, 846, 917/918, 1120, 1546 e 1760/1761 e 1814, respectivamente) que o percentual do item reserva técnica é de 8,62% ao invés do percentual de 9,44% utilizado pela equipe de auditoria na análise do Contrato nº 26/2010.

Análise

4.6.34.12. **Os defendentes, em seus cálculos (fl. 625), deixaram de incluir os valores relativos ao Subtotal 2 da planilha elaborada pela equipe de auditoria (fl. 63 do anexo IV do Processo nº 13.265/2012*), sendo esta a transcrita a seguir.**

Avaliação do impacto da reserva técnica nos Serviços Diversos – Contrato 26/2010					
Discriminação	Quant. Reserva	Quant. Total	Valor Unitário	Valor Reserva	Valor Total



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMAFolha:
Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

<i>Avaliação do impacto da reserva técnica nos Serviços Diversos – Contrato 26/2010</i>					
<i>Discriminação</i>	<i>Quant. Reserva</i>	<i>Quant. Total</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Reserva</i>	<i>Valor Total</i>
<i>Encarregado Local</i>	1,00	16,00	1.633,42	1.633,42	26.134,72
<i>Varredor</i>	23,00	248,00	1.402,42	32.255,66	347.800,16
<i>Motorista</i>	1,00	6,00	1.989,73	1.989,73	11.938,38
<i>Subtotal 1</i>				35.878,81	385.873,26
<i>Encarregado Local</i>	1,00	16,00	37,59	37,59	601,44
<i>Varredor</i>	23,00	248,00	43,58	1.002,34	10.807,84
<i>Motorista</i>	1,00	6,00	2.210,81	2.210,81	13.264,86
<i>Subtotal 2</i>				3.250,74	24.674,14
<i>Materiais, Ferramentas e Utensílios</i>	-	-	-	0,00	806,03
<i>Custos Variáveis dos Equipamentos</i>	-	-	-	0,00	4.717,71
<i>Custos Fixos dos Equipamentos</i>	-	-	-	0,80	6,40
<i>Total dos Custos Operacionais</i>				39.130,35	416.077,54
<i>Relação (Reserva/Total)</i>				9,40%	

Argumento

4.6.34.13. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 627, 779, 848, 919, 1122 e 1549/1550, 1764 e 1817/1818, respectivamente) que a execução do serviço em quantidade inferior ao contratado foi ocasionada, também, pelo superdimensionamento das extensões das avenidas e da frequência da varrição previstos no projeto básico do edital nº 003/2007.

Análise

4.6.34.14. **Atestar os serviços em quantidades inferiores sem apresentar qualquer tipo de manifestação à autoridade superior, visando alterar o acordado, não os eximem da responsabilidade pelos pagamentos efetuados à maior ou sem a contraprestação devida.**

Argumento

4.6.34.15. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 627, 779, 848/849, 919/920, 1123, 1550/1551, 1765 e 1818/1819, respectivamente) que os valores do contrato foram ajustados ao valor de mercado, conforme afirmaram os auditores.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

Análise

4.6.34.16. A simples alegação, sem comprovação, não afasta as irregularidades identificadas pela equipe de auditoria. Cabe acrescentar que, ao contrário da afirmação, **os auditores indicaram incoerências nos valores unitários pactuados e, para fins de cálculo do prejuízo, ajustaram o valor unitário ao de mercado para evitar a quantificação em duplicidade** (Achados nº 1 e 4 ao 10 do Relatório Final de Auditoria – Processo nº 13.265/12).

Argumento

4.6.34.17. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 628, 780, 849, 920, 1124, 1552, 1766 e 1819/1820, respectivamente) que os veículos e equipamentos deveriam ser apresentados para vistoria no início dos serviços e a exigência por veículos com ano de fabricação, no mínimo, de 2007 somente ocorreria após 06 meses de contrato.

4.6.34.18. Alegaram (fls. 628/629, 780/781, 849/850, 1124/1125, 1552/1554 e 1767/1769 e 1820/1822, respectivamente), ainda, que o gestor público não é obrigado a revisar os atos praticados pelo seu antecessor quando da assinatura de contratos, visando justificar que não era responsabilidade do defendente realizar a vistoria dos veículos utilizados e que os veículos apresentavam, visualmente, boa qualidade.

Análise

4.6.34.19. A equipe de auditoria avaliou a condição da frota em maio de 2012, sendo que os contratos foram assinados em 2010. **A empresa contratada não cumpria a cláusula que fixava a idade mínima dos veículos** e não houve identificação de qualquer manifestação da jurisdicionada com relação ao fato, sendo que a verificação da frota não se enquadra em reavaliação de atos de gestão anterior.

Argumento

4.6.34.20. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 629/630, 781, 851, 922, 1126, 1554/1555, 1769/1770 e 1822/1823, respectivamente) que o edital de licitação fora lançado em 2007, sendo aceitável a utilização de veículos com ano de fabricação de 2004. Entretanto, por causa de decisões judiciais, a licitação somente findou-se em 2010.

Análise

4.6.34.21. A alegação de que veículos fabricados em 2004 poderiam ser utilizados não procede, **sendo que o contrato previa, explicitamente, que a data de fabricação deveria ser a partir de 2007.**

Argumento

4.6.34.22. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 630/631, 782, 851/852, 922/923, 1126/1127, 1555/1556, 1770/1771 e 1824, respectivamente) que não houve descontinuidade do

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

serviço por motivo de desgaste dos veículos/equipamentos terem idade superior à exigência do edital, que não houve vantagem indevida da contratada, tendo em vista que a manutenção, com troca de peças, em veículos mais velhos, era mais cara e que não foi detectado qualquer acidente gerado por defeito mecânico.

Análise

4.6.34.23. **A equipe de auditoria verificou que a empresa obteve lucro indevido com a utilização de veículos com data de fabricação anterior ao ano de 2007. O defendente não apresentou qualquer documento que comprovasse o contrário.**

Argumento

4.6.34.24. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 631/632, 783/784, 852/853, 923/924, 1128/1129, 1557/1558, 1772/1774 e 1825/1827, respectivamente) que na relação dos diferentes equipamentos previstos no projeto básico do edital nº 003/2007, não constam os 27 caminhões de carroceria informados pela DELTA, que foram disponibilizados a mais para apoio da varrição e foram fabricados antes de 2007. Assim, teria sido incluído equivocadamente no PT-14, pág. 73, do volume IV, o montante de R\$ 439.945,27.

Análise

4.6.34.25. **Os defendentes deixaram de mencionar que, na relação apresentada pela empresa contratada (fls. 81/85 e 88/92 do anexo IV do Processo nº 13.265/2012*), constou a utilização de Pá Carregadeira fabricada em 2006 (ativos nº 033023, 033019, 033018, 033026, 033033 e 033027), Compactador fabricado em 2005 (ativos nº 012028, 012030, 012034, 012037, 012038, 012039, 012041, 012042, 012043, 012044 e 012045), Compactador fabricado em 2006 (ativos nº 012049, 012054, 012055, 012056, 012057 e 012058), Guincho fabricado em 2004 (Placa nº KBD – 9277), Carreta fabricada em 1986 (Placa nº JJD – 6683), Carreta fabricada em 1991 (Placa nº CHQ – 3570), Carreta fabricada em 2000 (Placa nº GSH – 6411), dentre outros.**

Argumento

4.6.34.26. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 632/633, 784/785, 853/854, 925, 1130, 1560/1561, 1775/1776 e 1828/1829, respectivamente) que a contratada, apesar de utilizar veículos fabricados antes de 2007, disponibilizou equipamentos fabricados nos anos de 2008 a 2012.

Análise

4.6.34.27. **Não há previsão contratual para este tipo de compensação, sendo que a empresa deveria utilizar apenas equipamentos/veículos fabricados a partir de 2007.**

Argumento

4.6.34.28. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ alegou (fl. 633) que permitia a utilização de locais de transbordo no DL-SUL e no DL-NORTE apenas em casos emergenciais,

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

como fechamento do aterro ou períodos de chuva forte, sendo que, na primeira vez, não permitiu, solicitando ao Diretor as providências cabíveis, conforme cópia do Memorando nº 001/2011 (fls. 721/722).

Análise

4.6.34.29. O citado expediente trata de solicitação de providências para solucionar problema ocorrido entre o defendente e o preposto da empresa Delta Construções Ltda. Apesar da solicitação, as faturas apresentadas pela empresa foram integralmente atestadas e os pagamentos, efetuados. Entretanto, os auditores não quantificaram qualquer prejuízo ao erário relativo à prática mencionada.

Argumento

4.6.34.30. ~~O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 634/635, 785/787, 854/856, 926/927, 1131/1134, 1561/1566, 1776/1780 e 1829/1834, respectivamente) que o ressarcimento do prejuízo somente deveria ocorrer se o defendente tivesse agido com dolo, conforme artigo 183, § 1º, da Lei Complementar nº 840/2011 (citado pelos mesmos) e que o TCDF entendeu que o prejuízo deveria ser ressarcido por quem se beneficiou dos recursos.~~

Análise

4.6.34.31. ~~O artigo 183, caput, da Lei Complementar nº 840/2011, dispõe que a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário, sendo que, no caso de doloso, a dívida poderá ser liquidada na forma prevista no artigo 119, sem detalhar a forma como deverá ocorrer os ressarcimentos devidos no caso em que não foi comprovada má-fé.~~

4.6.34.32. ~~O Estatuto do Servidor Público não dispõe que a solidariedade somente ocorrerá se houver comprovação de má-fé, sendo que a responsabilidade civil decorrerá de ato culposo também.~~

4.6.34.33. ~~O Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Edição nº 07, que cuida das deliberações adotadas nas Sessões Plenárias ocorridas nos dias 18 e 20 de março de 2014, noticia que, por meio da Decisão nº 1.128/2014, adotada no âmbito do Processo nº 31.369/2009, o TCDF entendeu que o “prejuízo causado ao erário deve ser reparado por quem se beneficiou dos recursos desviados” e que a “obrigação de ressarcir não pode ser estendida aos servidores públicos, hipótese que deve ser admitida apenas no caso de restar comprovada a má-fé dos envolvidos.”~~

4.6.34.34. ~~Este entendimento consta do Relatório da Relatora, Conselheira Anilcéia Machado, que, em seu voto, ponderou o transcrito a seguir.~~

~~“Em relação à solidariedade, é certo que todo agente público é suscetível a erro. É a natureza desse erro que vai atrair ou não a aplicação da solidariedade em casos com o deste processo. E a única hipótese em que entendo esta deva ser decretada entre os agentes públicos e os agentes o/ou entes que receberam os recursos públicos é quando houver dolo comprovado, não o mero nexo de causalidade, mas o nexo de vontade, que corresponde à vontade de dilapidar, prejudicar, causar dano, em detrimento da coisa pública, em benefício de si ou de outrem.~~

~~Mas a constatação de culpa simples, seja mediante negligência, imprudência ou imperícia, seja pela má aplicação das normas ou o mau exercício da função pública, não pode servir de trincheira para que o destinatário dos recursos deixe de devolver, em sua totalidade, o que indevidamente recebeu, trespassando o seu dever a outro, a corda mais frágil nas três pontas da relação: Estado — agente público — receptor dos recursos.~~



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

~~Trata-se de desfazer o enriquecimento ilícito. O art. 884 do Código Civil estabelece claramente que:~~

~~[...] aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.~~

~~A determinação legal, portanto, é de que “aquele que [...] se enriquecer” é que “será obrigado a restituir”.~~

~~Demais disso, o agente do estado é humano, suscetível a erros, e a Administração não pode servir-se de sua falibilidade para criar uma confortável fonte de ressarcimento, garantida pela possibilidade de se determinar o desconto na folha do servidor.”~~

~~4.6.34.35. Acompanhando o voto da Conselheira Relatora, o e. Plenário deliberou por determinar a cientificação da empresa envolvida e por aplicar multa ao agente público.~~

~~4.6.34.36. Apesar da inclusão no Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Distrito Federal de decisão adotada em um processo específico, o e. Plenário vem adotando entendimento diverso, demonstrando não haver pacificado o assunto em questão. Como exemplo, temos a Decisão nº 6.109/2015 (Processo nº 631/2004), posterior à mencionada pelo defendente, onde o Tribunal considerou responsáveis solidários o Secretário de Estado e as Diretoras da Divisão de Administração Geral, ambos à época dos fatos, pelo prejuízo identificado nos pagamentos com sobrepreço das faturas geradas pelas execuções dos Contratos de Prestação de Serviços nº 02/1999 e 09/1999.~~

~~4.6.34.37. Cabe acrescentar que, na página 02 do mesmo Boletim Informativo, consta a Decisão nº 1.178/2014 (Processo nº 13.052/2012) onde o Tribunal deliberou pela responsabilização solidária do executor do contrato por sua conduta desidiosa sem que houvesse, naquele feito, indicação de má fé ou enriquecimento ilícito do servidor.~~

Argumento

~~4.6.34.38. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 636/638, 787/790, 856/859, 920/921, 1134/1141, 1566/1573 e 1834/1840, respectivamente) que não ocorreu nenhum dos fatos estabelecidos nos artigos 186 e 927 do Código Civil, ou seja, ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência que gerasse dano a outrem cometendo ato ilícito passível de reparação, indicando jurisprudência e artigos sobre o assunto.~~

Análise

~~4.6.34.39. O ato de atestar a execução de serviço sem que houvesse efetivamente a prestação é ação voluntária negligente, contradizendo a alegação do defendente.~~

~~4.6.34.40. O artigo “A responsabilidade dos agentes públicos à luz da jurisprudência dos tribunais de contas” (fls. 636/637) citou julgado do Supremo Tribunal Federal (Mandado de Segurança nº 24073 DF) que tratou de responsabilização de parecer jurídico emitido por advogado público, onde se deliberou por isentá-lo por ausência de vinculação entre o parecer emitido e o ato praticado, tendo em vista que a mencionada peça possuía caráter meramente opinativo, não se aplicando ao caso, tendo em vista que o atestado de execução não é mera peça opinativa, gerando obrigação de pagamento para a Administração.~~

~~4.6.34.41. O artigo “Graus de responsabilização dos servidores públicos em razão de danos e prejuízos causados ao erário” (fls. 637/638) tratou de isenção de culpa ou dolo~~



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14
Rubrica: _____

se não ocorrer erro grave nos atos praticados pelo agente público. No caso em tela, atestar a execução de serviços não prestados configura erro grave e o referido estudo apenas demonstra a opinião do autor, não havendo qualquer referência jurisprudencial.

Argumento

4.6.34.42. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ alegou (fls. 640/641) que foi designado executor dos Contratos nº 26/2010 e 14/2009, não o sendo do Contrato nº 27/2010, e que atestou somente as faturas relativas aos meses de março e abril de 2011.

4.6.34.43. O Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS alegou (fl. 854) que foi designado para ser executor do Contrato nº 26/2010, não o sendo do Contrato nº 27/2010.

4.6.34.44. O Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA alegou (fl. 926) que foi designado executor do Contrato nº 26/2010, não o sendo do Contrato nº 27/2010.

Análise

4.6.34.45. A Instrução nº 8, de 24/02/2011, publicada no DODF nº 41, de 28/02/2011, designou o Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ para atuar como executor dos Contratos nº 31/2010 - Aterro, 14/2009 – Lote II e 26/2010 – Lote I.

4.6.34.46. A documentação encaminhada pelo Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, acostada às folhas 659/662, é referente à atestação dos serviços relativos aos períodos de 01 a 31/05/2011, 01 a 30/06/2011, 01 a 31/07/2011 e 01 a 31/08/2011. **Iremos considerar apenas os meses de maio e junho/2011 porque estão abrangidos pelo cálculo da parcela do prejuízo imputada ao defendente.**

4.6.34.47. Analisando o Processo nº 094.000002/2011*, verificamos que o Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ atestou os serviços prestados nos dias 01 a 28/02/2011, 01 a 31/03/2011 e 01 a 30/04/2011 (fls. 125/126, 137/138 e 193/194 daquele processo, respectivamente).

4.6.34.48. Considerando que assiste, parcialmente, razão ao defendente, teremos que recalcular o valor do prejuízo imputado ao mesmo.

4.6.34.49. Cabe acrescentar que **o prejuízo relativo aos equipamentos deverá ser imputado somente à empresa**, tendo em vista que engloba os dois contratos sem que a equipe de auditoria fizesse qualquer tipo de discriminação.

4.6.34.50. Quanto aos Srs. FRANCISCO SILVA SANTOS e EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, a Instrução nº 8, de 24/02/2011, publicada no DODF nº 41, de 28/02/2011, designou os responsáveis como executores do Contrato nº 26/2010 – Lote I e do Contrato nº 27/2010 – Lote III. Desta forma, a alegação não procede.

Argumento

4.6.34.51. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 641, 791, 861, 933, 1144, 1575, 1790 e 1842, respectivamente) que os valores detectados pela auditoria realizada pela Secretaria de Transparência que apontaram prejuízo para a autarquia foram glosados à época.

Análise



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

4.6.34.52. Em oportunidade anterior, a jurisdicionada apresentou mesma argumentação, sendo esta refutada pela equipe de auditoria no parágrafo 133 do Relatório Final de Auditoria (fl. 44), transcrito a seguir.

“133. Com relação à glosa em decorrência da auditoria realizada pelo Órgão de Controle Interno do GDF, verifica-se nos documentos constantes da manifestação da jurisdicionada (Anexo XXIII) que ela se relaciona com a quantidade de caminhões disponibilizados. O aspecto tratado no Achado refere-se à qualidade dos veículos em desacordo com o especificado nos contratos, situação que o SLU entendeu não ser motivo de ressarcimento, conforme o documento trazido pela Autarquia e acostado à fl. 63 do Anexo XXIII, in verbis:

Em análise conjunta com o Gerente Operacional e alguns executores, chegamos à conclusão, que operacionalmente, não houve prejuízos decorrentes com a utilização dos veículos com data de fabricação anterior a 2007. Os problemas mecânicos apresentados nesses equipamentos foram corriqueiros como em qualquer outro equipamento, no decorrer do contrato. Vale esclarecer que não houve descontinuidade na realização dos serviços estabelecidos contratualmente, portanto, entendemos que não há glosa nesse sentido.”

4.6.34.53. Desta forma, os valores identificados pela auditoria da então Secretaria de Transparência e Controle e pela equipe de auditoria deste Tribunal são relativos a objetos diferentes.

Argumento

4.6.34.54. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 642, 792, 861, 933, 1144, 1576, 1791 e 1843, respectivamente) que os auditores da Secretaria de Transparência, analisando os Contratos nº 26 e 27/2010, não entenderam que houve as falhas identificadas pela equipe de auditoria do TCDF.

Análise

4.6.34.55. A equipe de auditoria da Secretaria de Transparência não se ateve à idade dos veículos/equipamentos utilizados na execução dos Contratos nº 26 e 27/2010, ou seja, deixou de avaliar a qualidade dos serviços prestados, focando apenas em quantitativos. Desta forma, não se pode afirmar que não havia irregularidade na execução dos referidos ajustes.

Argumento

4.6.34.56. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ sugeriu (fls. 642/643), no âmbito do Processo nº 094.000.067/2007, ao Diretor Geral do SLU que instaurasse TCE para apurar a responsabilidade pelo prejuízo pela má operação da Usina de Tratamento de Resíduos da Asa Sul por parte da DELTA.

Análise

4.6.34.57. A referida TCE trata de prejuízo identificado quando do recebimento da Usina da Asa Sul, sendo acompanhada pelo Processo nº 28.577/2013. Este assunto não é abordado nesta Tomada de Contas Especial e o fato de propor a instauração de TCE, sobre assunto diverso, não o exime da responsabilidade pelos danos aos cofres do SLU abrangidos por estas contas especiais.

Argumento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14
Rubrica: _____

4.6.34.58. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA requerem (fls. 642/643, 792/793, 862, 933/934 e 1145, 1577/1578, 1792 e 1844/1845, respectivamente) que o valor retido pelo SLU, no montante de R\$ 9.572.583,52, não seja liberado mesmo após o resultado da TCE autuada neste Tribunal sob o nº 28.577/2013, tendo em vista a possibilidade de identificação de possíveis prejuízos neste feito.

Análise

4.6.34.59. O objeto tratado nestes autos é de responsabilidade dos citados e não do SLU, sendo que o valor retido não poderia ser utilizado para saldar débitos oriundos desta TCE, pois foram constituídos para garantir o ressarcimento de outros valores. Desta forma, não podemos atender à solicitação.

Argumento

4.6.34.60. O Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA alegou (fl. 904) que sua atribuição era de apenas conferir a planilha consolidada com os quantitativos dos serviços prestados e conferir os valores constantes das notas fiscais com os pagamentos, subtraindo possíveis glosas aplicadas.

Análise

4.6.34.61. **Não houve qualquer documentação que comprovasse o alegado.** As atribuições do executor de contrato estão dispostas no artigo 13, § 3º, do Decreto nº 16.098/1994. Desta forma, não é aceitável alegar restrição de competência, ainda mais, informal.

Argumento

4.6.34.62. O Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA alegou (fl. 904) que não teve acesso, em momento algum, às planilhas detalhadas que possibilitariam a detecção de falhas de preenchimento.

Análise

4.6.34.63. **Era obrigação do executor do contrato cumprir com as atribuições previstas no artigo 13 do Decreto nº 16.098/1994** e, em caso de sonegação de informação, comunicar à autoridade superior os fatos impeditivos de sua atuação. Não há documentação comprobatória de sua manifestação neste sentido.

Argumento

4.6.34.64. O Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA alegou (fl. 904) que foi designado executor dos Contratos nº 26 e 27/2010 por meio da Instrução nº 168, de 15/10/2010 (revogada pela Instrução nº 8, de 24/02/2011) e que não exerceu qualquer ato, visto que sua exoneração ocorreu antes de existir obrigação de pagamento por força destes ajustes.

Análise

4.6.34.65. Analisando as cópias dos Processos nº 094.000.001/2011* e 094.000.002/2011*, **verificamos que não consta a assinatura do defendente atestando os serviços prestados pela empresa Delta Construções, ratificando a alegação supra.**

Argumento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

4.6.34.66. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 630, 782, 851, 922, 1126, 1555, 1770 e 1823, respectivamente) que nunca ocorreu descontinuidade dos serviços por motivos dos equipamentos estarem desgastados ou sem condições de operação e que os serviços foram realizados a contento.

Análise

4.6.34.67. **A equipe de auditoria verificou que a empresa contratada, ao disponibilizar veículos mais antigos do que o permitido, auferiu vantagem indevida. Este valor foi calculado pela equipe de auditoria e convertido em prejuízo para a Administração, que pagou por veículos/equipamentos fabricados após o ano de 2007 e recebeu bens com data de fabricação anterior à 2007.**

Argumento

4.6.34.68. A Sra. ZÉLIA MARIA ANDRADE SANTANA alegou (fl. 1012) que, apesar de ter sido designada executora-suplente, não atestou qualquer fatura.

Análise

4.6.34.69. A Instrução nº 52, de 12/06/2012, publicada no DODF de 20/06/2012, designou a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA como executora e a defendente como executora-suplente dos Contratos nº 26/2010 – Lote I e 27/2010 – Lote III.

4.6.34.70. Analisamos os Processos nº 094.000.238/2012 e 094.000.239/2012 e verificamos que consta nas faturas apenas a assinatura da Sra. VANDA ALVES DA ROCHA. Desta forma, entendemos procedente a alegação apresentada.

Argumento

4.6.34.71. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 639, 790, 859, 931, 1141, 1573, 1788 e 1840, respectivamente) que os serviços foram medidos e pagos conforme prevê o edital e as planilhas de custos apresentadas pela contratada e aprovada pelo SLU.

Análise

4.6.34.72. **Se a alegação procedesse, não haveria razão para a instauração de TCE. Entretanto, os achados de auditoria contradizem o defendente com vasta documentação comprobatória.**

Argumento

4.6.34.73. O Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 1141, 1574, 1788 e 1841) que não tiveram acesso ao projeto básico para analisar o que poderia ser retirado ou acrescentado ao contrato e que simplesmente fiscalizaram a execução dos serviços.

Análise



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

4.6.34.74. Não caberia ao executor do contrato alterar unilateralmente as cláusulas contratuais. As competências da referida função estão descritas no artigo 13 do Decreto nº 16.098/1994. Não houve a comprovação de que o defendente solicitou à Administração a adoção de medidas visando corrigir as irregularidades identificadas pela equipe de auditoria.

Argumento

4.6.34.75. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1708) que a equipe de auditoria não documentou suas alegações quanto à utilização da reserva técnica.

Análise

4.6.34.76. **A equipe de auditoria identificou que o SLU/DF vinha utilizando a rubrica serviços diversos para cobrir as eventualidades que, também, estavam previstas na rubrica reserva técnica, ocasionando duplicidade de pagamento. Não houve, em momento algum, apresentação de suposição sem suporte documental da equipe de auditoria.**

Argumento

4.6.34.77. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1708/1710) que foram disponibilizados 81 caminhões compactadores e não 70.

Análise

4.6.34.78. **A irregularidade identificada nos veículos disponibilizados encontrava-se na qualidade e não na quantidade, sendo que a empresa fazia uso de veículos com data de fabricação anterior a 2007, em contradição com o edital de licitação.**

4.6.34.79. **Cabe acrescentar que a Secretaria de Transparência identificou irregularidade na execução dos contratos com o SLU/DF relacionada à quantidade de veículos utilizados na prestação de serviço.**

Argumento

4.6.34.80. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1710/1711) que a empresa optou por utilizar veículos com data de fabricação anterior à 2007 com o intento de evitar a descontinuidade dos serviços.

Análise

4.6.34.81. **A utilização eventual poderia ser considerada aceitável, se fosse somente em caráter excepcional, mas a equipe de auditoria verificou que os veículos foram utilizados em todo o período em que vigorou os contratos.**

Argumento

4.6.34.82. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1712) que a defasagem de 02 anos em 11 caminhões não prejudicou o cumprimento das obrigações contratuais e que o pagamento pela prestação dos serviços deve levar em consideração os custos efetivos, de modo que não haja locupletamento indevido por nenhuma das partes.

Análise



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14
Rubrica: _____

4.6.34.83. Esta TCE busca, justamente, equalizar os pagamentos efetuados e os custos com os serviços prestados. Não houve o repasse dos benefícios recebidos pela empresa na utilização dos veículos com data de fabricação anterior à 2007 ao SLU/DF.

Outras considerações

4.6.34.84. As demais alegações apresentadas pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. foram analisadas nos parágrafos 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.35.7 ao 4.6.35.10 e consideradas improcedentes.

Ressalte-se, adicionalmente, que os documentos encaminhados posteriormente pelo Sr. Pedro Luiz Rennó não alteraram meu convencimento acerca da sua responsabilidade.

Quanto à sugestão das Unidades Instrutiva e Ministerial, incluindo o adendo do *Parquet*, para que o Tribunal considere os agentes públicos responsáveis solidários com a empresa Delta Construções S/A pelo prejuízo identificado nos autos, tenho que não é devida. Embora as informações coligidas ao feito demonstrem que houve falhas na fiscalização e acompanhamento dos Contratos nºs 26 e 27/10 e na liquidação de despesas, as quais contribuíram para a configuração do prejuízo aqui apontado, entendo se deva afastar a solidariedade dos agentes públicos pelo prejuízo, tendo em conta as razões a seguir expostas.

Primeiro porque a empresa Delta Construções S/A foi a única beneficiária dos pagamentos indevidos, cabendo a ela restituir a quantia auferida, sob pena de configurar o seu enriquecimento ilícito. Noutro giro, inexistem elementos suficientes para demonstrar que os gestores tenham tirado algum proveito dos atos por eles praticados, o que caracterizaria o dolo. Devo salientar que a responsabilidade do servidor por prejuízo causado ao erário decorre tanto de ato doloso (em que há má-fé) quanto de ato culposos (mediante negligência, imprudência ou imperícia), omissivo ou comissivo. Apenas no caso concreto a ausência de dolo levou-me a afastar a solidariedade dos gestores.

Segundo porque o valor a ser devolvido envolve cifras milionárias (cerca de R\$ 4,5 milhões), e, tendo sido a empresa Delta Construções S/A a única beneficiária, como antes asseverei, seria desarrazoado cobrar de funcionários públicos quantia tão vultosa e que não poderia ser por eles suportada em sua totalidade, ainda que a omissão dos gestores tenha sido determinante para a consolidação do prejuízo.

Terceiro porque, em caso similar ao aqui tratado, em que se apuravam possíveis prejuízos ao erário em virtude de pagamentos indevidos a empresas prestadores de serviço também ao SLU (Processo nº 10.487/12), o Tribunal, pela Decisão nº 5.174/15, já na fase de chamamento dos responsáveis ao feito, afastou a solidariedade do débito, uma vez que determinou a citação somente da empresa para responder pela importância devida, ao passo que autorizou a audiência dos gestores por descumprimento do Decreto nº 16.098/94, "em decorrência da inobservância dos deveres de fiscalizar e das falhas no controle dos contratos, o que contribuiu para a lesão ao erário, podendo resultar na aplicação de multa, bem como na

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**Folha:
Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal [...]". Nesse mesmo sentido, trago como precedentes as Decisões nºs 1.128/14 e 6.098/17, onde o Tribunal afastou a responsabilidade solidária dos agentes públicos no débito apurado.

Quarto porque, consoante se pretende mostrar doravante, há possibilidade de o SLU vir a compensar o dano aqui apurado com valores devidos à empresa Delta Construções S/A.

Como antes asseverei, os agentes públicos não elidiram as falhas verificadas na fiscalização e acompanhamento dos Contratos nºs 26 e 27/10 e na liquidação de despesas, o que contribuiu para a configuração do dano ao erário. A conduta dos executores e dos titulares de setores do SLU foi descrita nas tabelas 9/12 do relatório de auditoria, que originou este feito (cópias às fls. 45/48), da seguinte forma: 'omissão em verificar se os termos e condições estipuladas nos contratos estavam sendo observados na execução dos Contratos nºs 26 e 27/10'.

Tais fatos caracterizam descumprimento do art. 13, inciso II, e §3º, inciso I⁵, e do art. 16⁶ do Decreto nº 16.098/94, o que enseja o julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis, sem imputação de débito, com fundamento no art. 17, III, "b"⁷, da LC nº 01/94, e sem embargo de aplicar-lhes as sanções previstas no art. 57, incisos II e III⁸, da LC nº 01/94.

⁵ Art. 13. Para todos os ajustes, designar-se-á, de forma expressa:

I - o valor da taxa de administração, quando for o caso;

II - o executor, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, que deverá apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante;

(...)

§ 3º É da competência e responsabilidade do executor:

I - verificar se o custo e o andamento das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

II - prestar à unidade setorial de Orçamento e Finanças, ou órgão equivalente, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;

III - dar ciência, ao órgão ou entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;

b) alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;

IV - atestar a conclusão das etapas ajustadas;

V - verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados;

VI - remeter, até o quinto dia do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante e ao órgão responsável pela supervisão técnica;

VII receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica.

(...)

⁶ Art. 16. A execução de etapa de obra ou serviço, ou o recebimento de equipamento, serão certificados pelo executor ou responsável, mediante emissão de Atestado de Execução, conforme modelo aprovado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Parágrafo único. No Atestado de Execução, será especificado, detalhadamente, o equipamento recebido, o serviço ou a obra executada, o valor, sua localização e o período de execução.

⁷ Art. 17. As contas serão julgadas: [...]

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências: [...]

b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

⁸ Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

(...)

II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III - ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

4º.7) Achado 3: pagamento por serviços não executados

O subtópico 4º.7 refere-se a falhas encontradas pela equipe de auditoria na fiscalização e execução dos Contratos nºs 26 e 27/10, que ocasionaram o pagamento de serviços, constantes das NFs nºs 5310 e 5311, sem a pertinente documentação de medição de campo.

Na visão do ACE, do diretor da 3ªDICONTE, do titular da Secretaria de Contas e do Ministério Público, os defendentes, em sua maioria, não trouxeram elementos capazes de remover a referida impropriedade, apontada pela auditoria, sugerindo ao Tribunal a improcedência das defesas.

Adicionalmente, o ACE analisou, também, o Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (cópia juntada a este feito), por força do disposto no item IV da Decisão nº 1.226/15, relativamente a contestações efetuadas pelo Diretor-Geral do SLU, acerca do Achado 3, e manteve o entendimento anteriormente apontado.

Vale destacar que, dentre as alegações, um dos defendentes ressaltou que o ressarcimento do prejuízo por eles somente seria devido se tivesse agido com dolo, conforme disposto no art. 183 da LC nº 840/11 e na Decisão nº 1.128/14, o que não ocorreu, segundo ele.

A Unidade Técnica, em seu todo, seguida pelo Ministério Público, refutou tal alegação, ao argumento de que a obrigação de ressarcimento ao erário decorre, também, de ato culposo, como foi o caso dos defendentes, a teor do citado dispositivo legal, bem como de que o Tribunal, logo após a citada Decisão nº 1.128/14, passou a adotar entendimento diverso, consoante, p. ex., as Decisões nºs 1.178/14 e 6.109/15.

Ainda, o Ministério Público alertou para um recente julgado do TCU, consistente no Acórdão nº 1.337/17, que poderia ser aplicado no presente caso, no sentido de se chamar para o pagamento do débito, num primeiro momento, apenas as empresas responsabilizadas, como forma de agilizar o ressarcimento ao erário, dada a maior capacidade de pagamento delas, e somente depois seriam chamados os gestores para pagamento caso essas empresas não efetuassem o recolhimento do débito.

No caso específico, em que se examinam os Contratos nºs 26 e 27/10, relativamente ao Achado 3, lamento dissentir das Unidades Instrutiva e Ministerial, e afastar o prejuízo e a multa imputados aos defendentes.

Ao examinar detidamente os memoriais encaminhados por uma das responsáveis, a Sra. Célia Maria Santos Pessoa, acostados aos autos como Anexo IV, é possível verificar que restou comprovado praticamente todo o serviço de varrição manual para o Lote I (9.108 Km) e o Lote III (3.014,1 Km), pagos conforme as NFs nºs 5310 e 5311.

Segundo constatei, as medições de varrição manual para os Lotes I e III, registradas nos documentos denominados "Controle Diário de Presença da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

Varrição Manual e Equipes de Serviços Complementares”, elaborados e assinados por responsáveis da empresa Delta Construções S.A e do SLU, e encaminhados pela citada senhora, conferem quase que totalmente com os quantitativos lançados e consolidados pela defendente no documento “Controle de Varrição Manual”, utilizado como base pelo SLU para o pagamento dos serviços prestados.

Ressalte-se que os referidos documentos enviados pela defendente vão além daqueles acostados às fls. 1/143 do Anexo XXII do Processo nº 13.265/12. Conforme pude ver nesse anexo, após o desarquivamento desses autos, os documentos ali constantes não contemplam as medições dos serviços de varrição manual, o que resultou na conclusão, agora incorreta, de que o SLU pagou por serviços não executados (9.108 Km de varrição para o Lote I e 3.014,1 Km de varrição para o Lote III).

Portanto, uma vez que os pagamentos efetuados pelas NFs nºs 5310 e 5311 tomaram por base documentos idôneos de medição, devidamente assinados, a defesa da citada senhora deve ser considerada procedente.

Entendo, também, que a sua defesa pode ser aproveitada pelos demais responsáveis (Eurípedes Carvalho da Silva e Delta Construções S.A.), e, igualmente, as suas defesas consideradas procedentes.

B) Subtópicos concernentes aos achados relativos aos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00

4º.8) Achado 4: sobrepreço nos serviços de varrição nos contratos com a empresa Artec Ltda

4º.9) Achado 5: sobrepreço nos contratos com a empresa Nely Ltda

4º.10) Achado 6: sobrepreço nos contratos com a empresa Delta Construções S/A

4º.11) Achado 7: sobrepreço nos contratos com a empresa Qualix Ltda

4º.12) Achado 8: sobrepreço nos contratos com a empresa Valor Ambiental Ltda

4º.13) Achado 9: sobrepreço nos contratos com a empresa Engetécnica Ltda

Nos subtópicos 4º.8 a 4º.13, relativos a irregularidades encontradas pela auditoria nos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00, consistentes em sobrepreço nos serviços de varrição manual, coleta e transporte de resíduos sólidos, varrição mecanizada, e coleta e transporte mecanizado de entulho, o ACE, corroborando o posicionamento da auditoria, manteve o entendimento de que as justificativas apresentadas pelos defendentes não foram suficientes para afastar as citadas irregularidades, que ocasionaram prejuízo ao erário, sugerindo a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

improcedência das defesas, além de ter ressaltado que este Tribunal, mediante a Decisão nº 6.722/07, e o TJDF, na Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4, em face de falhas encontradas no Contrato nº 39/00, semelhantes às observadas nos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00, confirmaram a existência de prejuízo no Contrato nº 39/00 nos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, varrição mecanizada, e coleta e transporte mecanizado de entulho.

Assinalou que a empresa responsável NELY CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA LTDA. deixou de apresentar defesa, devendo ser considerada revel, consoante o artigo 13, § 3º, da LC nº 01/94.

Acrescentou, ainda, o ACE que, como o Sr. Ildeu de Oliveira, um dos responsáveis pelas irregularidades nos Contratos nºs 9/06 (Achado 4), 10/06 (achado 5) e 11/06 (Achado 7), faleceu antes da citação inicial, o excluiu da responsabilidade solidária pelos prejuízos identificados, ante a ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo, a teor do disposto na Decisão nº 4.664/05.

O diretor da 3ªDICON, com a anuência do titular da Secretaria de Contas, embora discorde da existência de prejuízo no serviço de varrição manual e na utilização dos encargos sociais e BDI, constantes do edital, conforme antes já comentado, e concorde com a existência de prejuízos nos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, varrição mecanizada, e coleta e transporte mecanizado de entulho, divergiu do encaminhamento sugerido pelo ACE. Para o diretor, considerando que este Tribunal, no Processo nº 999/01, sobre auditoria, convertida em TCE para apuração de prejuízo decorrente de sobrepreço no Contrato nº 39/00, mediante a Decisão nº 5.653/15, sobrestou seu exame, até o deslinde da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4, e que os contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00 foram firmados utilizando parâmetros e valores referenciais do Contrato nº 39/00, bem como que a prova a ser produzida na aludida ação civil pode ter repercussão na análise tanto dos débitos gerados pelos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00 como das defesas apresentadas, sugeriu o sobrestamento do exame dos autos, quanto aos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00, até o deslinde daquela ação judicial.

Ademais, entre os responsáveis pelos achados, o diretor da 3ªDICON, também com o apoio do titular da Secretaria de Contas, considerou, diferentemente do ACE, procedente a defesa apresentada pelo Sr. José Leonardo dos Santos, ocupante do cargo de Chefe da Procuradoria Jurídica do SLU, afastando, de imediato, sua responsabilidade pelas irregularidades nos Contratos nºs 9/06 (Achado 4), 10/06 (achado 5) e 11/06 (Achado 7), por entender que não lhe cabia manifestar-se sobre os aspectos técnicos dos contratos, como a questão dos preços contratados, mas somente quanto aos jurídicos.

O Ministério Público concordou com o ACE, à exceção do percentual dos encargos sociais, que deveria ser 76,34%, e não 70,64%, e da responsabilidade imputada ao Sr. José Leonardo dos Santos, por ter emitido parecer meramente opinativo e não ter adentrado no aspecto técnico dos preços contratados, aquiescendo, apenas nesse ponto, ao entendimento do diretor da 3ªDICON.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

Com a devida vênia ao entendimento do ACE e do Ministério Público, albergado, novamente, o posicionamento do diretor da 3ªDICONTE e do titular da Secretaria de Contas, no sentido do sobrestamento dos autos, relativamente às defesas apresentadas quanto a possíveis sobrepreços nos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, varrição mecanizada, e coleta e transporte mecanizado de entulho, nos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00, até o deslinde da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4, uma vez que, discutindo os preços daqueles serviços no Contrato nº 39/00, os quais fundamentaram os preços dos mesmos serviços nos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00, realmente, se faz prudente aguardar o desfecho daquela ação judicial, para que se possa concluir mais acertadamente sobre a ocorrência de sobrepreço nos aludidos serviços, e consequente prejuízo ao erário.

Frise-se, com esse meu posicionamento, que não estou deixando de lado o exame dos achados relativos aos contratos decorrentes da Concorrência nº 39/00, que resultaram em possível prejuízo ao erário, mas, por cautela, postergando o exame para uma etapa posterior, após o desfecho daquela ação judicial, onde se discute a ocorrência de sobrepreço nos contratos. Nessa linha, garante-se a preservação da competência privativa desta Corte de Contas de julgar as contas dos gestores e daqueles que causarem prejuízo ao erário.

Aquiesço, também, ao entendimento do diretor da 3ªDICONTE e do secretário de contas e do Ministério Público, no que toca à procedência da defesa apresentada pelo Sr. José Leonardo dos Santos, basicamente porque não lhe cabia manifestar-se sobre os aspectos técnicos dos contratos, como a questão dos preços contratados.

Quanto ao Sr. Ildeu de Oliveira, que faleceu antes da citação inicial, acolho as manifestações no sentido de que seja excluído da responsabilidade solidária pelos prejuízos identificados, pela falta de pressuposto de desenvolvimento regular do processo, à luz do disposto na Decisão nº 4.664/05.

Terminado, assim, o exame das defesas, impende consignar que, ao final, o diretor da 3ªDICONTE, com o endosso do titular da Secretaria de Contas e do Ministério Público, considerando o grande número de contratos vistos presentemente, sugeriu ao Tribunal a abertura de autos apartados, objetivando tratar as questões examinadas de modo mais célere e adequado.

Nesse sentido, propôs: *“... um mesmo feito poderia albergar os assuntos relativos aos Achados 1, 2 e 3 (Contratos nºs 26 e 27/2010), Achado 4 (Contratos nºs 19 e 32/2009), Achado 6 (Contratos nºs 23 e 33/09), Achado 7 (Contratos nºs 21 e 35/09) e Achado 10 (Contrato nº 14/09), por serem oriundos da Concorrência nº 03/2007 ou baseados em seu Projeto Básico e envolverem os mesmos responsáveis. Outros processos poderiam tratar dos Achados restantes, consoante tabelas de fls. 2.440/2.449.”*

Não vejo óbice em adotar a medida sugerida, uma vez que tem por finalidade tornar mais célere a apuração e a conclusão das matérias versadas nos autos.

Ainda, o Ministério Público, considerando o Ofício nº 590/17-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

DIGER/SLU, remetido pelo SLU, às fls. 2.464/2.465, após a pertinente instrução dos autos pela Unidade Técnica, sugeriu ao Tribunal, como medida de garantir a recomposição do erário, “... *determinar ao SLU/DF e ao GDF a retenção de valores relativos a possíveis créditos das empresas responsabilizadas (DEA etc.), bem como a glosa de parte dos lucros relativamente àquelas que ainda tenham contratos vigentes e ainda a indisponibilidade do patrimônio e bens, uma vez que as informações prestadas pelo SLU/DF indicam que provavelmente sem essa medida as empresas responsabilizadas não terão patrimônio e nem valores suficientes a ressarcir o erário, inclusive, evitando possível dilapidação.*”

Em tal ofício, o SLU relata a existência de processos de TCE no Tribunal (o presente, o de nº 10.487/12 e o de nº 30.202/13), com vistas a apurar prejuízos causados pelas empresas Sustentare Saneamento S.A, Valor Ambiental Ltda. e Delta Construções S.A, no montante total de cerca de 85 milhões de reais, assinalando que, se efetuar o pagamento que deve a essas empresas, em torno de 43 milhões, antes das deliberações desta Corte e depois de encerrados os contratos, poderia inviabilizar uma possível compensação de valores.

No tocante à questão apontada, tenho como apropriada a medida sugerida pelo Ministério Público, para que o Tribunal determine a retenção de valores relativos a possíveis créditos das empresas responsabilizadas e/ou à glosa de parte dos lucros relativamente àquelas que ainda tenham contratos vigentes com o DF, como forma de garantir, de modo célere, o ressarcimento ao erário. Nesse sentido, o art. 80, inciso V, da Lei de Licitações, que admite a possibilidade de retenção de créditos decorrentes de contrato para que sejam compensados com os débitos existentes perante a Administração.

O instituto da compensação encontraria guarida, ainda, no art. 368 do Código Civil brasileiro: “*se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem*”. Tal dispositivo aplica-se supletivamente aos contratos administrativos por força do art. 54 da Lei nº 8.666/93.

O Poder Judiciário também reconhece a possibilidade de compensação de valores, desde que respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa. Sobre o assunto, trago à lume o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO PELA CONTRATADA. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. GLOSA DE PAGAMENTO EFETUADA EM OUTRO CONTRATO. COBRANÇA. RESPEITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. NECESSIDADE. ATO ADMINISTRATIVO ILEGAL. ANULAÇÃO. NECESSIDADE.

1. À Administração Pública impõe-se o respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, previsto expressamente no art. 5º da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

2. O reconhecimento do inadimplemento contratual pelo Tribunal de Contas não supre a necessidade de garantir-se o devido processo legal, contraditório e ampla defesa na atuação administrativa para cobrança do débito.

3. É ilegal o ato administrativo que promove a compensação, sem observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, de seus créditos com o pagamento devido em outro contrato, em virtude de inadimplemento constatado em contrato anterior, razão pela qual sua anulação é medida que se impõe.

4. *Apelação cível e reexame necessário conhecidos e improvidos.* (TJ-DF- Apelação/Reexame Necessário 20130110962829DF 0005418-39.2013.8.07.0018-publicado em 21/08/2015. Relatora: Desembargadora Simone Lucindo).

No caso vertente, não vejo óbice para que o SLU, a fim de resguardar o interesse público, retenha valores devidos à empresa Delta Construções S/A até o limite do prejuízo constatado na presente TCE, observando-se o devido processo legal.

No que se refere à sugestão para indisponibilidade do patrimônio e bens das empresas responsabilizadas, entendo que não deve ser acolhida, a exemplo do decidido no Processo nº 30.101/10, mediante a Decisão nº 2.974/17, em que o Tribunal rejeitou tal medida.

Naquela ocasião, além dos argumentos erguidos durante a sessão de julgamento daquele feito, o ilustre Conselheiro Inácio Magalhães Filho deixou assente em sua declaração de voto a dificuldade procedimental para se adotar a referida medida, além de salientar que, apenas no exercício de 2016, o STF, em três⁹ oportunidades, afastou a possibilidade jurídica de o TCU decretar a indisponibilidade de bens de empresas contratadas pelo estado, tendo considerado cabível a aplicação de tal penalidade tão-somente aos servidores/agentes públicos envolvidos. Portanto, diante da incerteza da matéria e do entendimento prevalecente no Processo nº 30.101/10, afasto o adendo ora proposto pelo Órgão Ministerial.

Destaque-se, também, que não foi possível submeter ao plenário o presente feito antes do mês e ano informados pelo SLU, no Ofício nº 590/17-DIGER/SLU (outubro de 2017), quando terminariam os prazos dos contratos com as citadas empresas, em face dos vários pedidos de cópias dos autos, das sustentações orais realizadas, dos muitos documentos acostados, bem como da complexidade da matéria.

Ainda sobre o referido documento do SLU, foi enviado ao Tribunal o Ofício SEI-GDF nº 74/18-SEPLAG/GAB e documentos anexos, às fls. 2.647/2.681, em que a Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão informa o recebimento de uma carta da empresa Valor Ambiental Ltda. contestando os dados apontados pelo SLU.

⁹ MS 34.446, MS 34.392 e MS 34.410



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

O aludido documento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão não influencia, neste momento, meu julgamento acerca da TCE, devendo ser objeto de conhecimento pelo Tribunal e oportunamente analisado e apreciado.

Enfim, deu entrada nesta Casa, também, pedido efetuado pela representante da empresa Valor Ambiental Ltda., às fls. 2.644/2.645, para que o Tribunal sobresteja o julgamento deste feito até o deslinde do Processo nº 32.351/17, em que se discute a aplicação dos institutos da decadência e da prescrição no âmbito desta Corte.

Sobre isso, tenho a informar que, embora com fundamento diverso, já me manifestei anteriormente, neste voto, pelo sobrestamento do julgamento da TCE envolvendo a mencionada empresa até o deslinde da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4. Acrescente-se, porém, que, no julgamento definitivo da TCE, relativamente a essa empresa, tal questão deverá ser levada em conta.

Diante do exposto, acompanhando quase que integralmente a cota do diretor da 3ªDICONTE e do titular da Secretaria de Contas, lamentando divergir parcialmente do Auditor de Controle Externo, autor da Informação nº 177/2016-SECONT/3ªDICONTE, e do parecer ministerial, com ajuste, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

a) das defesas e documentos anexos encaminhados pelos responsáveis citados no § 3.1 da Informação nº 177/2016-SECONT/3ªDICONTE, bem como dessa informação e da instrução do diretor da 3ªDICONTE e dos documentos anexados aos autos pelo Ministério Público;

b) do Ofício nº 590/17-DIGER/SLU, às fls. 2.464/2.465, do Ofício SEI-GDF nº 74/18-SEPLAG/GAB e documentos anexos, às fls. 2.647/2.681, bem como do documento encaminhado pela representante da empresa Valor Ambiental Ltda., às fls. 2.644/2.645;

II – determine a cisão destes autos em feitos apartados, com a extração de cópias dos documentos necessários, considerando a natureza dos achados e os contratos correlacionados, consoante §§ 36 e 37 da cota do diretor da 3ªDICONTE;

III – sobresteja o julgamento dos feitos abertos, relacionados com os contratos emergenciais baseados na Concorrência nº 39/00 até o deslinde da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4;

IV – considere, relativamente às defesas:

a) procedentes as alegações:

a.1) apresentadas pelos responsáveis Maria de Fátima Ribeiro Có, Divino Dias de Santana, Juliane Berber, Delta Construções S/A., Valor Ambiental Ltda., Qualix Serviços Ambientais e Artec Ltda. quanto aos Achados 1, 4, 6, 7 e 10, relativamente aos ajustes baseados na Concorrência nº 03/07 ou em seu projeto básico, Contratos nºs 14, 19, 21, 23, 32, 33 e 35/2009 e Contratos nºs 26 e 27/10;

a.2) acostadas pelo Sr. Carlos Vitor Duboc Bahia, Sra. Zélia Maria de Andrade Santana e Sérgio Mesquita de Ávila Filho, relativamente ao Achado 2, Contratos nºs 26 e 27/10;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

a.3) apresentadas pela Sra. Célia Maria Santos Pessoa, pelo Sr. Eurípedes Carvalho da Silva e pela empresa Delta Construções S/A, quanto ao Achado 3 – Pagamentos por serviços não executados nos Contratos nºs 26 e 27/10;

a.4) expostas pelo Sr. José Leonardo dos Santos;

b) parcialmente procedente a defesa apresentada pelo Sr. Pedro Luiz Rennó quanto ao Achado 2;

c) improcedentes as defesas apresentadas pelos responsáveis: Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Eurípedes Carvalho da Silva, Expedito Apolinário Silva, Francisco Silva Santos, Luiz Carlos Figueiredo da Rocha, Marta Rosane Cabral, Vanda Alves da Rocha e Delta Construções S/A, referentes ao Achado 2 – Falhas na fiscalização e execução dos Contratos nºs 26 e 27/10, que resultaram no pagamento de parcelas de serviços sem a devida disponibilização dos mesmos pela contratada;

V – nos termos do artigo 13, § 1º, da LC nº 1/94, ciente que a empresa Delta Construções S/A, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha aos cofres distritais o débito apurado nos autos, no valor de R\$ 5.105.521,40, atualizado até maio de 2016, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento;

VI – com fulcro no art. 17, inciso III, alínea “b”, da LC nº 01/94, julgue irregulares, sem imputação de débito, as contas dos Srs. Pedro Luiz Rennó, Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Eurípedes Carvalho da Silva, Expedito Apolinário Silva, Francisco Silva Santos, Luiz Carlos Figueiredo da Rocha, Marta Rosane Cabral, Vanda Alves da Rocha e Eurípedes Carvalho da Silva, por terem se omitido em verificar se os termos e condições estipuladas nos Contratos nºs 26 e 27/10 estavam sendo observados na execução desses contratos, conforme condutas descritas nas tabelas 9/12 do relatório de auditoria, que originou este feito (cópias às fls. 45/48);

VII – aplique, com esteio no art. 57, incisos II e III, da LC nº 01/94, multa individual de R\$ 6.102,23 (seis mil cento e dois reais e vinte e três centavos) aos responsáveis indicados no item anterior, à exceção do Sr. Pedro Luiz Rennó, o qual deve ser aplicada a multa de R\$ 3.051,11 (três mil e cinquenta e um reais e onze centavos);

VIII – aprove, expeça e mande publicar os acórdãos em anexo;

IX – determine ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU que promova a glosa do crédito devido à empresa Delta Construções S/A, se ainda houver, até o montante suficiente para garantir o ressarcimento do prejuízo ao erário apurado nestes autos, observados o devido processo legal e a ampla defesa, informando a esta Corte as providências adotadas;

X – dê ciência desta decisão aos interessados;

XI – autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis, inclusive a autuação de feitos apartados, nos termos do item II retro.

Brasília, em de de 2018.

MANOEL DE ANDRADE

Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 23.278/14
Rubrica: _____

ACÓRDÃO Nº /2017

Ementa: Serviço de Limpeza Urbana do DF – SLU. Tomada de Contas Especial. Citação dos responsáveis. Procedência parcial e improcedência das defesas. Contas julgadas irregulares, sem imputação de débito. Aplicação de multa.

PROCESSO TCDF Nº: 23.278/14

Nome/Função:

Pedro Luiz Rennó, Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Eurípedes Carvalho da Silva, Expedito Apolinário Silva, Francisco Silva Santos, Luiz Carlos Figueiredo da Rocha, Marta Rosane Cabral e Vanda Alves da Rocha/ executores dos Contratos nºs 26 e 27/10.

Órgão: Serviço de Limpeza Urbana do DF – SLU.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF:

Síntese da irregularidade: omissão em verificar se os termos e condições estipuladas nos contratos estavam sendo observados na execução dos Contratos nºs 26 e 27/10, propiciando a execução irregular desses contratos e a efetivação de pagamentos indevidos, em afronta ao art. 13, inciso II, e §3º, inciso I, e art. 16 do Decreto nº 16.098/94, o que contribuiu para a configuração de dano ao erário.

Valor da multa: R\$ 6.102,23 (seis mil cento e dois reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 3.051,11 (três mil e cinquenta e um reais e onze centavos) ao Sr. Pedro Luiz Rennó.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

I – julgar irregulares, sem imputação de débito, as contas em tela, com esteio no art. 17, inciso III, alínea “b”, da LC nº 01/94;

II – aplicar, com fundamento no art. 57, incisos II e III, da LC nº 01/94, c/c o art. 272, incisos II e III, do RI/TCDF, multa individual aos responsáveis acima indicados no valor de R\$ 6.102,23 (seis mil cento e dois reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 3.051,11 (três mil e cinquenta e um reais e onze centavos) ao Sr. Pedro Luiz Rennó, notificando-lhes a recolher a dívida no prazo de 30 (trinta) dias;

III – determinar, desde logo e caso não atendida a notificação, o desconto integral ou parcelado do valor da dívida nos vencimentos dos responsáveis, observados os limites previstos na legislação em vigor e nos termos do art. 29, inciso I, da LC nº 01/94, devendo ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 23.278/14

Rubrica: _____

providenciado o devido recolhimento aos cofres do Distrito Federal, na forma do art. 186 do RI/TCDF;

IV – autorizar, desde já, a cobrança judicial da dívida, com esteio no art. 29, inciso II, da LC nº 01/94, caso a medida prevista no item anterior não surta efeito.

Ata da Sessão Ordinária nº
Presentes os Conselheiros
Decisão tomada por
Representante do MP presente

Presidente

Conselheiro-Relator

Fui presente:

Representante
do Ministério Público junto ao TCDF

DIGITALIZADO